

**ISIDORO ORGE RODRIGUEZ**

**O PLANO REAL E SUAS INFLUÊNCIAS NO COMÉRCIO VAREJISTA NO  
MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS**

**SALVADOR**

**1998**

**ISIDORO ORGE RODRIGUEZ**

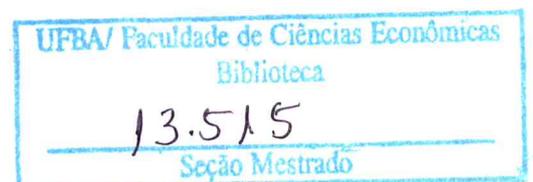
**O PLANO REAL E SUAS INFLUÊNCIAS NO COMÉRCIO VAREJISTA NO  
MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS**

Monografia apresentada à Faculdade de Ciências Econômicas da  
Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção do grau  
de Bacharel em Ciências Econômicas

**ORIENTADOR: PROF. ANTÔNIO PLÍNIO PIRES DE MOURA**

**SALVADOR**

1998



A Economia é como a música de Mozart. De um lado apresenta grande simplicidade e do outro lado um grande desafio.

Crusius.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para a conclusão deste trabalho.

Em especial, agradeço a Deus por iluminar e guiar os meus caminhos. A meus pais pela confiança depositada. A minha esposa e a meu filho pela força nos momentos difíceis. Aos professores Antônio Plínio e Aristeu Almeida pela paciência e idéias que me foram dadas e que serão importantes para minha carreira.

## RESUMO

Esta monografia visa abordar as reações do mercado varejista do município de Santo Antônio de Jesus com relação a implantação do Plano Real. Primeiramente, fez-se uma revisão do modelo econômico de política fiscal e monetária no qual, analisamos como uma política fiscal afeta a demanda por bens e serviços no momento em que o governo diminui seus gastos, e em seguida expomos como uma política monetária contracionista afeta a taxa de juros e conseqüentemente reduz também a demanda, afetando diretamente o setor terciário. Em seguida, abordamos o Plano Real desde sua implantação até o pacote fiscal do segundo semestre de 1998, denotando paralelamente as conseqüências de suas medidas. Por conseguinte, é feita uma explanação sobre o município de Santo Antônio de Jesus, iniciando pela sua história, características estruturais, passando pelo seu desenvolvimento comercial, e influências sofridas após a implantação do Plano de Estabilização Econômica, concluindo com uma breve análise do desempenho do Plano Real no transcorrer destes quatro últimos anos.

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS.....</b>	<b>7</b>
<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>2 REVISÃO TEÓRICA DAS POLÍTICAS FISCAL E MONETÁRIA.....</b>	<b>11</b>
2.1 COMO A POLÍTICA FISCAL AFETA A DEMANDA POR BENS E SERVIÇOS .....	11
2.2 COMO A POLÍTICA MONETÁRIA RETRACIONISTA AFETA A DEMANDA POR BENS E SERVIÇOS.....	12
<b>3 PLANO REAL.....</b>	<b>14</b>
3.1 PACOTE ECONÔMICO E O COMÉRCIO.....	25
3.2 INADIMPLÊNCIA E DESAQUECIMENTO.....	26
<b>4 SANTO ANTÔNIO DE JESUS.....</b>	<b>29</b>
4.1 O COMÉRCIO VAREJISTA DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS.....	30
4.2 CARACTERÍSTICAS ESTRUTURAIS DO COMÉRCIO VAREJISTA DO MUNICÍPIO.....	44
4.3 COMÉRCIO VAREJISTA X DESEMPREGO.....	48
<b>5 CONCLUSÕES.....</b>	<b>52</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>54</b>

## LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

### LISTA DE TABELAS

1 – Moedas que circularam no Brasil entre 1942/1994.....	14
2 – Fases de Implantação do Plano Real.....	15
3 – Taxa de crescimento do PIB e Desemprego da PEA (População Economicamente Ativa) – 1994/1997.....	24
4 – Consultas ao SPC em Santo Antônio de Jesus – 1996/1998.....	27
5 – Porte das Empresas – Santo Antônio de Jesus – 1997.....	33
6 – Idade das Empresas – Santo Antônio de Jesus – 1997.....	34
7 – Procedência dos Fornecedores .....	34
8 – Média Salarial – Santo Antônio de Jesus – 1997.....	35
9 – Problemas que dificultam o crescimento comercial – Santo Antônio de Jesus – 1997.....	38
10 – Arrecadação de ICMS no Município de Santo Antônio de Jesus em termos absolutos – 1995/1998 .....	39
11 – Arrecadação de ICMS do Comércio Varejista no Município de Santo Antônio de Jesus – 1993/1998.....	41

### LISTA DE GRÁFICOS

1 – Consultas ao SPC em Santo Antônio de Jesus – 1996/1998.....	27
2 – Porte das Empresas – Santo Antônio de Jesus – 1997.....	33
3 – Idade das Empresas – Santo Antônio de Jesus – 1997.....	34
4 – Procedência dos Fornecedores – Santo Antônio de Jesus 1997.....	35

5 – Média salarial – Santo Antônio de Jesus – 1997.....	35
6 – Investimento em Mão de Obra – Santo Antônio de Jesus – 1997.....	36
7 – Instituições formadoras de Mão de Obra – Santo Antônio de Jesus.....	37
8 – Utilização de Mão de Obra Temporária – Santo Antônio de Jesus .....	37
9 – Época que utiliza Mão de Obra Temporária em Santo Antônio de Jesus.....	38
10 – Arrecadação de ICMS do Comércio Varejista no Município de Santo Antônio de Jesus – 1993/1998 .....	40

## 1 INTRODUÇÃO

O comércio, por ser um setor econômico que responde de forma imediata aos estímulos emanados dos setores produtivos, torna-se extremamente vulnerável à implantação de políticas macroeconômicas. Conseqüentemente, algumas adaptações foram necessárias com a introdução do Plano Real, programa brasileiro de estabilização econômica adotado pelo governo para combater a inflação. Na Bahia, o comércio se posiciona como a segunda fonte geradora do dinamismo econômico estadual, tanto no que se refere à geração do PIB, como no âmbito de arrecadação de impostos e na geração de emprego.

Os efeitos do programa de estabilização refletiram-se de maneira clara no comércio. O aumento do consumo obrigou o Ministério da Fazenda a optar por uma política de restrição à expansão da moeda e do crédito, fazendo que o desemprego e a inadimplência aumentasse na mesma proporção.

A finalidade deste trabalho é pesquisar e analisar os reflexos do Plano Real sobre o comércio varejista do município de Santo Antônio de Jesus e fazer uma avaliação da atual crise. Na primeira parte, será feita uma revisão teórica das Políticas Fiscal e Monetária a título de esclarecimento do funcionamento econômico. Numa segunda etapa, será colocado uma análise do Plano Real, tomando-se como parâmetro o comércio varejista. Em seguida, faremos uma breve abordagem na parte histórica do município e conseqüentemente, analisaremos a relevância do comércio varejista de Santo Antônio de Jesus. Por fim, a conclusão será baseada na análise de todos os fatos e a projeção do comércio diante da recente crise econômica mundial.

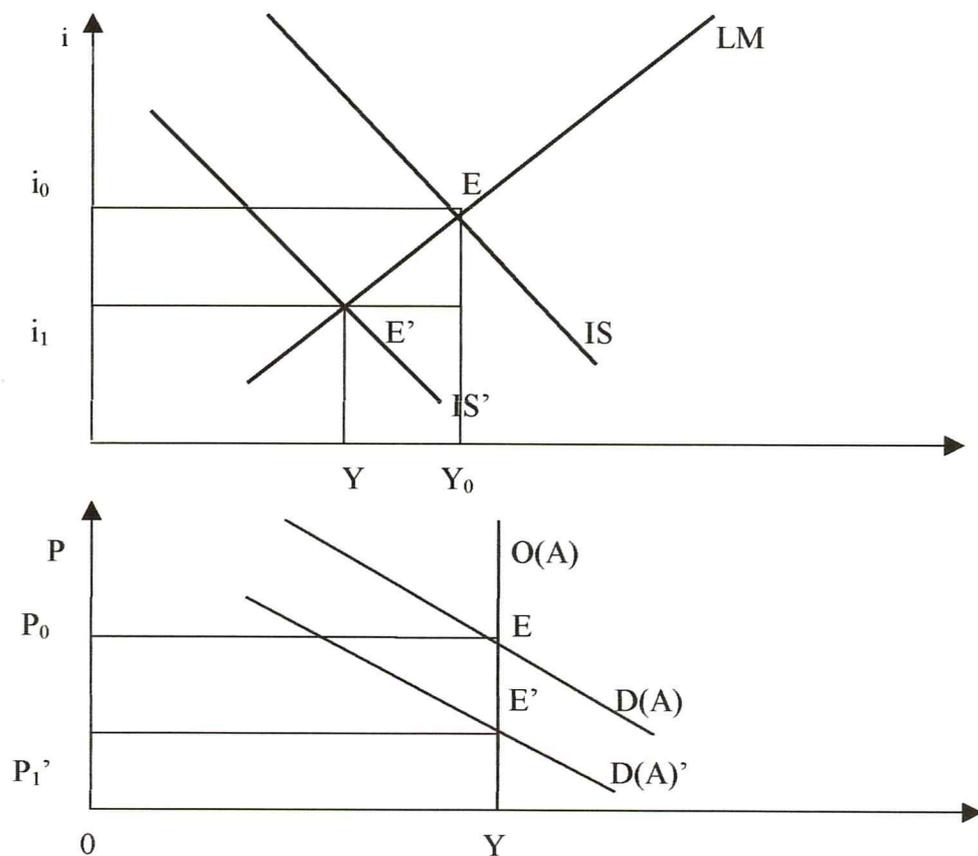
Vale ressaltar, que o objetivo da análise se faz presente dentro dos aspectos técnicos conhecidos, na confrontação dos fatos.

A projeção tem o sentido de demonstrar, a atualização do presente trabalho, considerando-se que o comércio sofre o impacto inevitável das recentes medidas econômicas.

## 2 REVISÃO TEÓRICA DAS POLÍTICAS FISCAL E MONETÁRIA

### 2.1 COMO A POLÍTICA FISCAL AFETA A DEMANDA POR BENS E SERVIÇOS

Segundo Dornbusch, Rudiger (1991; p.176) “uma distribuição nos gastos do governo, diminui a demanda agregada a cada nível das taxas de juros e desloca a IS para esquerda” como é observado no Gráfico 1.



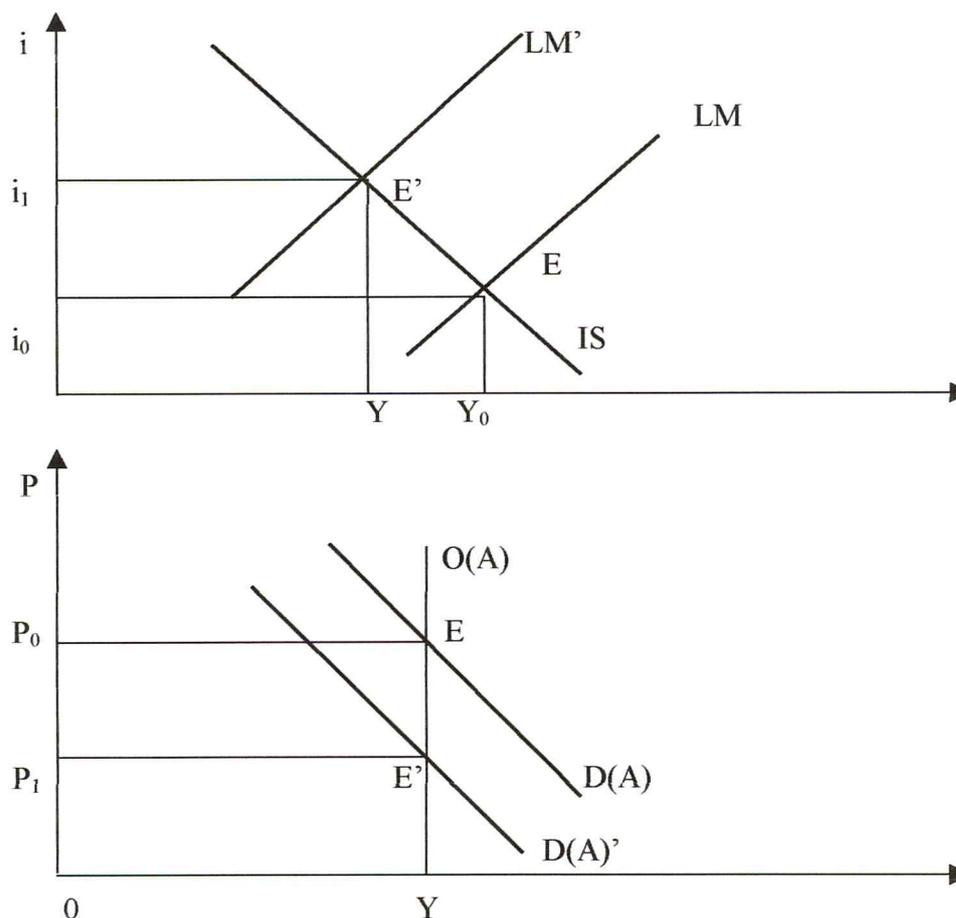
O Gráfico mostra o efeito de uma Política Fiscal retracionista, onde o governo diminui os gastos com obras públicas, realiza cortes nas despesas com o funcionalismo. Para isso o governo utiliza como instrumento, a curva IS, onde mostra combinações de juros e produção, de tal modo que os gastos planejados sejam iguais à renda.

Com o deslocamento da curva IS para a esquerda, a renda da economia diminui, logo o consumo por bens e serviços tendem a acompanhar.

## 2.2 COMO A POLÍTICA MONETÁRIA RETRACIONISTA AFETA A DEMANDA POR BENS E SERVIÇOS

Segundo Dornbusch, Rudiger (1991, p.151) “uma diminuição no estoque monetário desloca a curva de oferta de moeda para a esquerda, deslocando a curva LM.”

A taxa de juros no mercado neste caso, aumenta e a renda na economia diminui, como é observado no Gráfico 3.



Tomando-se o Gráfico da curva de oferta monetária apresentado, observou-se que uma diminuição da oferta monetária adotada pelo governo, vai provocar um deslocamento para

cima e para a esquerda da curva LM. Com isso a taxa de juros na economia vai aumentar, e os agentes econômicos que são as famílias e empresas vão colocar os seus recursos nos bancos, provocando uma diminuição dos investimentos, da demanda agregada do emprego e da renda.

Em dezembro de 1994, a economia apresentava um índice de preços de 0,57%. No mesmo período de 1995 o índice era de 0,27%. O ano de 1998 por sua vez, caracteriza-se por um período de deflação. De acordo com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) de novembro ficou negativo em 0,18%, contra 0,03% de outubro. Com isso, a inflação entre janeiro e novembro limitou-se a 0,71%.

Segundo o chefe do Centro de Estudos de preços (CEP) da FGV, Paulo Sidney Cota, a deflação reflete uma queda na demanda que pode ser comprovado por uma variação de – 0,25% nos preços dos produtos industrializados. Os alimentos também puxaram a taxa de novembro. Tais resultados, deflação em vários itens, são indicadores de recessão. Desse modo, as taxas negativas atingiram não apenas a inflação mas o ritmo de crescimento da economia brasileira.

### 3 PLANO REAL

Três aspectos marcam a economia brasileira atualmente: a abertura ao mercado internacional iniciada no governo Collor; a redução da inflação a partir de julho de 1994, com a introdução do Plano Real; e as reformas de ordem econômica implementadas no Governo Fernando Henrique Cardoso.

Vem-se tentando no Brasil, desde 1983, acabar com a inflação através da elaboração de planos de estabilização, como solução encontrada às tentativas frustradas de utilização de medidas parciais de caráter monetário, tais como o estabelecimento de metas para a base monetária, políticas de colocação de títulos e elevação do compulsório.

Na tentativa de acabar com a inflação, o país experimentou de 1983 a 1996, cinco congelamentos de preços e salários, nove planos de estabilização, onze índices inflacionários, dezesseis políticas econômicas, vinte e uma propostas de pagamento da dívida externa, cinquenta e quatro mudanças na política de preços e quatro moedas correntes diferentes, dentre as várias moedas que circularam no país neste século conforme tabela 1:

**TABELA 1 – Moedas que circularam no Brasil entre 1942/1994**

<b>Período</b>	<b>Nome da Moeda</b>
Até 1942	Mil réis
1942-1967	Cruzeiro
1967-1970	Cruzeiro Novo
1970-1986	Cruzeiro
1986-1989	Cruzado
1989-1990	Cruzado Novo
1990-1992	Cruzeiro Real
1992-1994	URV e Cruzeiro Real
Julho de 1994 em diante	Real

Fonte: Oliveira, 1996

Segundo Oliveira,(1996, p. 23) “... o brasileiro com 30 anos só votou para Presidente duas vezes, mas conviveu com oito moedas diferentes, desde o Cruzeiro Novo criado em 1967 até o Real em 1994.”

Essa mudança de moedas ao longo dos anos, decorrente da desvalorização do padrão monetário, com a perda do poder de compra, correspondeu a um cenário de altos índices inflacionários.

O Plano Real, último dos planos de estabilização adotados pelo Governo Federal, constou de três fases assim detalhadas:

**TABELA 2 – Fases de implantação do Plano Real**

FASES	ITAMAR FRANCO	FHC
Fase I - Ajuste Fiscal	PAI - 14/06/1993 FSE - 07/12/1993	Continuação do ajuste
Fase II - Criação da URV	Criação da URV em 28/02/1994	Continuação da Desindexação
Fase III - O Real	O Real	Consolidação das Instituições Monetárias

Fonte: Oliveira, 1996

A Fase I iniciou-se em 14/06/1993 com a criação do Programa de Ação Imediata (PAI) que teve como metas: corte emergencial dos gastos, equacionamento da inadimplência de estados e municípios, reorganização do setor público, maior controle sobre os bancos estatais, início do saneamento dos bancos federais e reorientação do programa de privatizações.

A principal medida desta fase foi a criação do Fundo Social de Emergência (FSE) em 07/12/1993, para aumentar o volume de arrecadação provocando o equilíbrio do orçamento.

A Fase II do programa de estabilização, foi a criação da Unidade Referencial de Valor (URV), de 28 de fevereiro de 1994 através da medida provisória n.º 434 que permitiu a transição da superinflação para um regime de estabilidade, propiciando um período útil de adaptação dos contratos, e uma referência estável de valor, principalmente porque reduziu a memória inflacionária e ofereceu um certo espaço de tempo para a conversão dos preços em URV. Assim, segundo Gesner (1996, p.46) "...a URV promoveu uma referência de valor em geral numa moeda estrangeira, evitando-se os formidáveis custos sociais de uma hiperinflação clássica."

A Fase III foi a da transformação da URV em moeda denominada de Real, acompanhada da adoção pela equipe econômica de política cambial de paridade do Real com o Dólar norte-americano na venda com flutuação na taxa de compra, e política monetária de restrição da oferta monetária.

Legalmente, a substituição da URV pelo Real foi feita através da Medida Provisória n.º 542, sucessivamente reeditada e finalmente convertida na Lei n.º 9.069, de 29 de junho de 1995, já no governo de Fernando Henrique Cardoso.

A reforma monetária apresentada por este novo plano econômico foi considerada inovadora em relação às anteriormente adotadas, pois desde a criação da URV, o Governo deixou claro o objetivo de uniformizar a indexação da economia, permitindo assim, o realinhamento dos preços, para depois transformar a nova unidade em padrão monetário. Ou seja, pretendeu-se recuperar a moeda brasileira, corroída pela inflação crônica permitindo-se, assim, a adaptação de forma gradativa da economia a um ambiente de baixa inflação, absorvendo-se os efeitos negativos causados por medidas heterodoxas, anteriormente adotadas.

A emissão do real teve como lastro as reservas internacionais, vinculadas em valor equivalente para tal fim, na paridade de um dólar dos EUA para cada real emitido. Por sua vez, coube ao Conselho Monetário Nacional regulamentar o lastreamento do real, definindo as regras para o Banco Central, administrar as reservas internacionais vinculadas e modificar a paridade cambial estabelecida para emissão do real. Paralelamente, o governo adotou medidas, contendo normas relativas à dexindexação, com a finalidade de garantir a estabilização da economia, manter a inflação em níveis que pudessem assegurar o sucesso do Plano Real.

Realizada a implantação do Real, que pode ser considerado um marco referencial em termos de política de estabilização de preços, tem início uma nova fase, com importantes conseqüências para o comércio, pois, dificuldades adicionais impediram uma imediata elevação substantiva do nível de vendas, devido à ocorrência de um lado de preços elevados, e do outro de consumidores com pouca desenvoltura no uso da nova moeda, por desconhecer a sua capacidade de compra. Esse quadro foi agravado pela convivência simultânea dos dois padrões monetários, além da escassez da moeda divisionária, necessária às operações de compra e venda.

A expectativa para o primeiro mês do Plano Real era de uma queda brusca das taxas de inflação, o que de fato veio a ocorrer, como apontou o Índice de Preços ao Consumidor - IPC - Salvador, calculado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), no mês de junho houve uma variação de 53,96%, declinando para 9,98% no final de julho, após a implantação do Plano.

O processo de acomodação de preços, agora com a economia desindexada (apesar da manutenção da Unidade Fiscal de Referência - UFIR - e da Taxa Referencial - TR) passa a ser regido por regras que não incluem a expectativa inflacionária como sua principal determinante. A redução dos preços ainda em completo descompasso com a nova realidade

econômica, especialmente naqueles setores que não integram a produção oligopolizada, ocorre paulatinamente atuando como fator de estímulo à demanda.

A elevação do consumo, no entanto, só veio a ocorrer com grande intensidade nos meses de agosto e setembro de 1994, principalmente no setor de bens duráveis, com ênfase nos eletrodomésticos. Esta forte pressão de demanda reduziu os estoques de diversos produtos nas prateleiras, e em diversos segmentos do comércio, os lojistas registraram vendas de até 36% a mais que no mesmo período do ano anterior, conforme cálculos da SEI. Esta explosão do consumo motivou, inclusive, a manutenção de altas taxas de juros reais, como medida preventiva ao retorno da inflação.

Diversos fatores explicam essa corrida ao consumo, estando um deles diretamente relacionado à perda da ilusão do ganho monetário que a inflação provocava nos poupadores e aplicadores de recursos. Com os “baixos” índices de remuneração oferecidos pelo mercado financeiro, especialmente o da poupança, para onde se destinam as pequenas aplicações, uma expressiva parcela deste capital migrou para a aquisição de bens de consumo duráveis e mesmo para a especulação, no caso de grandes aplicadores (compra de automóveis populares para revenda com ágio, por exemplo).

A queda da inflação incorporou ao mercado de bens de consumo duráveis, pelo menos neste primeiro momento, segmentos da população com níveis de renda mais baixos, que não conseguiam se proteger da inflação por não ter acesso a contas bancárias remuneradas diariamente. Como os preços dos produtos não sobem mais todos os dias, o dinheiro não se desvaloriza e as pessoas de baixo poder aquisitivo podem comprar mais produtos. A pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 1995, a primeira realizada após o Plano Real, mostra algumas alterações na distribuição de renda. Enquanto em 1993 os 10% mais ricos da população recebiam 49,8% da renda, em 1995 passaram a receber 48,2%. Ao contrário, os 10% mais pobres aumentam a sua participação: em 1993 recebiam 0,7% e em 1995 passaram a receber 1,1% da renda total. Dito de outra forma, em 1993 os 10% mais ricos da população ganhavam 71 vezes mais do que os 10% mais pobres. Em 95 essa

relação cai para 44. O rendimento médio mensal da população também cresce 30% em termos reais entre 1993 e 1995. Em 1993 os brasileiros recebiam, em média, R\$ 195,00 por mês. Em 1995 passam a ganhar R\$ 254,00.

Pode-se afirmar, inicialmente, que o salário médio dos estratos mais pobres da população tende a mudar de patamar após a queda brusca e posterior estabilização dos preços, após a introdução do Plano Real. Segundo Paul Singer "... o produto apropriado pelos residentes no Brasil aumentou mais do que o produto produzido no país, sendo a diferença de 4% a 5% financiada pela entrada de capitais externos.", desse modo ainda de acordo com este economista " O consumo dos brasileiros deve ter aumentado uns 10% "per capita" nesses dois últimos anos, embora o produto real "per capita" tenha crescido somente 7%".

Todavia, essa melhora ainda que não modifique substancialmente o quadro de desigualdades sociais no Brasil, é suficiente para permitir que um grande número de pessoas adquira bens que antes eram inacessíveis. Em 1993, eram 71,7% os domicílios que possuíam geladeira. Em 1995, são 74,8%. Em termos absolutos, calcula-se que mais de 4 milhões de pessoas tenham passado a dispor desse bem. Oitenta e um por cento dos domicílios, em 1995, possuíam aparelho de televisão; em 1993, eram 75,8%.

Portanto, o comércio sentia-se realimentado: registros da Federação do Comércio, no período, indicam um crescimento de emprego, ampliação de negócios mediante crediário, além da consolidação definitiva do cheque pré-datado, como instrumento alternativo para a compra e venda a prazo - fatores que acabaram convergindo com o tão sonhado aumento de poder aquisitivo dos consumidores. Segundo dados da SEI, o comércio baiano cresceu 6,4% de janeiro a agosto de 1994, em relação a igual período do ano anterior.

Para a classe média, no entanto, o impacto positivo da introdução do Real foi menor. Embora usufrua da estabilidade dos preços dos itens da cesta básica (alimentos e gêneros de primeira necessidade), paga um preço muito elevado pelos serviços que consome. Entram nessa categoria itens como convênios médicos, mensalidades escolares, aluguéis,

alimentação fora do domicílio e toda espécie de serviços pessoais. Conseqüentemente, a grande massa de assalariados com carteira assinada que trabalha na indústria, nos bancos e no serviço público foi prejudicada devido a pressão do desemprego e da “terceirização” que permite ao patronato arrochar os salários dos que continuam empregados. Houve portanto, uma redistribuição de renda dentro da classe trabalhadora.

O crescimento da aquisição de bens e serviços representava um risco para a sustentação do Programa de Estabilização, já que havia uma tendência observada na população de direcionar poupança para o consumo, o que ameaçava o plano, pois a existência de fatores estimulantes de um novo aumento na demanda poderia provocar um novo repique da inflação - o crescimento das vendas poderia superar a capacidade de oferta, elevando os preços. Ademais, a falta de dinheiro nos bancos coibia o financiamento do setor produtivo.

O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, que mede a produção total da economia, passa por uma forte expansão de 5,8% em 1994 e cresce 4,1% em 1995 atingindo US\$ 560 bilhões. Este elevado crescimento do biênio 1994 e 1995 explica-se pelo aumento da demanda interna e pelo clima de otimismo provocados pela abrupta queda da taxa de inflação desde a implantação do Plano Real. Quando a economia cresce, as importações aumentam, pois uma parcela do crescimento se destina à compra de bens importados. Mas se a economia importa muito mais do que exporta, passa a ter déficits na balança comercial, o que, de maneira geral, representa um problema

O principal alvo do governo, desse modo, era conter os elevados níveis de consumo através do enxugamento do volume de dinheiro em circulação e dos recursos destinados a empréstimos e financiamentos. Assim, os bancos deveriam também ser impedidos de conceder empréstimos tendo como garantias os cheques pré-datados, criando-se mecanismos de contenção da demanda como instrumento adicional de manutenção dos preços estáveis ou até mesmo provocadores de queda da inflação.

Em outubro de 1994, foram adotadas medidas de restrição ao crédito que atingiram em cheio o setor comercial: limite de três meses para as compras financiadas por instituições financeiras; pagamento integral do cartão de crédito no vencimento; pagamento e renovação do cheque especial em cinco meses, suspensão temporária para a formação de novos consórcios para eletrodomésticos e eletrônicos; redução para doze meses do prazo na formação de novos consórcios para automóveis e proibição de lance; além de estabelecimento de compulsório, inicialmente de 15% sobre empréstimos concedidos pelos bancos.

Essas restrições, embora comecem a atenuar-se desde julho de 1995, provocam o desaquecimento da economia ao longo de 1995 e 1996. Para melhorar a situação da balança comercial criam-se também alguns incentivos às exportações e o governo retrocede na abertura comercial, elevando o imposto de importação sobre 109 itens, entre os quais automóveis e eletrodomésticos. As conseqüências dessas ações são a diminuição nas taxas de crescimento do PIB em 1995 e 1996 e a relativa melhora dos saldos comerciais.

Sondagens realizadas, em dezembro de 1995, pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e pela Federação do Comércio do Estado da Bahia (Feceb), revelaram que das medidas adotadas, o estabelecimento do compulsório sobre empréstimos concedidos pelas instituições financeiras foi o que mais afetou a economia globalmente, acarretando riscos de recessão, com impactos sobre o emprego e renda, além dos efeitos imediatos sobre as vendas do comércio.

Criou-se a expectativa de um deslocamento do consumo de produtos que dependem de financiamentos mais longos, para produtos onde as vendas financiadas concentram-se em prazos menores, como é o caso dos bens não-duráveis. Os comerciantes buscaram ainda alternativas nas negociações com os fornecedores, quanto a facilidade nas formas de pagamento, nos prazos concedidos e até no financiamento do capital de giro, mantendo, portanto, esse instrumento não oficial de crédito, como forma de evitar empréstimos ao setor bancário.

O Plano Real foi submetido, a partir de seu segundo ano de existência, a uma dura prova representada pela crise mexicana, cujos efeitos abalaram o elemento central de sua concepção, a âncora cambial. A existência desse episódio externo ao país exigiu a introdução de novos instrumentos na gestão do Plano, até então dispensados nas experiências de estabilização argentina e mexicana, quais sejam: elevadas taxas de juros e restrições às importações.

Apesar da crise de confiança do capital internacional em relação à América Latina após a desvalorização do peso mexicano em 19 de dezembro de 1994, demonstrando, para alguns dos responsáveis pela política econômica brasileira, a impossibilidade de se financiar déficits crescentes em transações correntes, é inegável que a estabilização dos preços é um processo bastante adiantado, o que pode ser demonstrado nas expectativas de uma taxa de inflação média de cerca de 17%, medida pelo IGP-DI.

Esse consenso tinha como principal argumento a afirmação de que qualquer melhora na distribuição de renda no País estava associada ao fim da inflação, que atingia de forma mais violenta a população de menor renda e sem acesso aos mecanismos de proteção dos seus rendimentos.

Nessas circunstâncias, pode-se adiantar que, embora reconhecendo a imperiosa necessidade de preservação da estabilização, há que se trabalhar pela solução de problemas estruturais como o do equacionamento do financiamento do setor público, compatível com a dimensão das políticas redistributivas que são exigidas e com o aumento da competitividade requerida por um crescimento globalizado que, além de consolidar o Real, garantem o crescimento econômico e a melhoria da distribuição de renda.

Outra barreira que impede a retomada do crescimento, capaz de ampliar a oferta de emprego, são as elevadas taxas de juros, mesmo com a redução da taxa de juros do Banco

Central (Tban) para 42,25%. Apesar dos juros cobrados no mercado continuarem extorsivos, ao ano, os juros do comércio são de 184%, os do cartão de crédito de 278%, e no cheque especial de 281%. Deste modo, a sua permanência por longos períodos, além de provocar estragos no equilíbrio financeiro dos agentes econômicos públicos e privados, gera expectativas desfavoráveis ao dispêndio em consumo e investimento.

Por sua vez, a compatibilização entre o incremento do produto desejado e o déficit em transações correntes do País, possível de ser financiado sem submeter excessivamente a economia aos movimentos oscilatórios dos capitais internacionais, é uma dificuldade a mais que implicará, entre outras medidas, a mudança da política cambial.

Colocados esses problemas, é importante iniciar-se a análise do desempenho da economia brasileira, exatamente pelo setor externo, onde foi gerado, em fins de 1994, o principal foco de instabilidade do Plano Real.

Com a acelerada abertura externa, em um contexto de queda acentuada dos níveis de inflação e de sistemática intervenção do BC no mercado de câmbio, os saldos da balança comercial passam de um superávit médio mensal de US\$ 1,16 bilhões, no primeiro semestre de 94, para um déficit médio de US\$ 711 milhões em igual período.

Frente à impossibilidade de se contar com um fluxo de capitais externos, em razão das incertezas provocadas pela crise mexicana, o financiamento dos déficits comerciais passa a depender das reservas internacionais que declinam de US\$ 41,2 bilhões, em dezembro de 1994, para seu menor nível US\$ 31,9 bilhões, em abril de 1995.

Esse problema veio explicitar um confronto entre os componentes da equipe econômica, em relação à viabilidade de manutenção da política cambial como principal instrumento de preservação da estabilização, com a vitória dos que defendiam a sua flexibilização e a adoção simultânea de instrumentos de controle da demanda agregada.

Desse modo, visando flexibilizar a âncora cambial, é adotada a política de bandas, cuja divulgação e operacionalização pelo Banco Central, em março viria provocar uma onda especulativa, com a saída de cerca de US\$ 6,6 bilhões em um único mês, levando as autoridades monetárias a intensificarem o uso de taxas de juros elevadas, resultando um aumento da remuneração real média dos títulos públicos de 1,5% ao mês, entre agosto e setembro de 1994, para 2,5% entre dezembro e maio de 1995.

O impacto imediato dessas medidas foi o arrefecimento do nível de atividade econômica, com o PIB trimestral anualizado de uma taxa de 10,4%, no trimestre, para uma estimativa ao final de 1994, entre 4,0% e 4,5% implicando um declínio, por dois trimestres consecutivos, do nível de atividade, segundo o IBGE, caracterizando uma recessão.

**TABELA 3 – Taxa de crescimento do PIB e desemprego da PEA (População Economicamente Ativa) 1994/1997.**

<b>Ano</b>	<b>PIB crescimento em %</b>	<b>PIB per capita (em dólares)</b>	<b>DESEMPREGO em % da população economicamente ativa</b>
<b>1994</b>	<b>5,9</b>	<b>4752</b>	<b>3,4%</b>
<b>1995</b>	<b>4,2</b>	<b>4883</b>	<b>4,4%</b>
<b>1996</b>	<b>2,8</b>	<b>4949</b>	<b>3,8%</b>
<b>1997</b>	<b>3,2</b>	<b>5029</b>	<b>4,8%</b>

Fontes: Banco Central e IBGE

Nesse contexto, o comportamento do comércio passou a ser ditado pela política de juros e pelo controle quantitativo da moeda que, ao reduzir e encarecer o crédito, inviabilizou a manutenção de prazos de venda ao consumidor. Aos efeitos da política monetária vieram se somar perdas salariais do contingente de trabalhadores com carteira assinada, que, segundo o IBGE, sofreu um declínio de 3,6% no primeiro ano do Real.

Não há dúvidas que a introdução do Programa de Estabilização Econômica permitiu um salto no patamar do consumo, apesar das medidas de restrição ao crédito terem sido adotadas. Os meses de janeiro e fevereiro de 1995 revelaram surpreendentes resultados nesse indicador, com crescimento do comércio varejista em, aproximadamente, 30% em comparação a igual período no ano anterior.

### 3.1 PACOTE ECONÔMICO E O COMÉRCIO

O pacote econômico, anunciado pelo governo no segundo semestre de 1998 para tentar salvar o Plano Real diante da crise econômica mundial, representa um ajuste, a exemplo do impacto fiscal, ainda não quantificado, mas que renderá ao Tesouro.

Num pacote fiscal rigoroso, a reforma administrativa, a previdenciária e a estabilização da crise internacional, ao lado do respaldo de instituições internacionais como o FMI, e de países como os EUA, podem fazer que o equilíbrio econômico seja alcançado.

As altas taxas de juros já representam um forte impacto para o consumidor, a tal ponto de esfriar o varejo, sobretudo nos setores que dependem da venda à prazo. Mas, vale lembrar, que o Imposto de Renda da pessoa jurídica não aumentou e o aumento do IPI (Imposto sobre Produto Industrializado) incidiu sobre automóveis e bebidas o que pode causar danos localizados no que tange ao comércio.

O comércio da Bahia conviverá de igual modo nos instantes iniciais, diante do aspecto recessivo que as medidas no pacote fiscal do governo provocarão, com a situação já conhecida de uma adequação do Plano Econômico com o panorama mundial, de forma que o prejuízo criado agora seja recuperado a curto prazo e as medidas governamentais afastem qualquer situação parecida com o Plano Cruzado, quando não se cuidou das reformas para resolver os problemas dos impostos e a inflação voltou logo após o período eleitoral. É aí

que o Plano Real enfrenta o seu primeiro grande teste, depois de conseguir a proeza de manter a inflação baixa por mais de três anos.

A questão é consolidar o Plano real, a médio e longo prazos, e portanto, no momento, o ajuste monetário provocou não só uma virtual paralisação dos negócios a prazo como praticamente cancelou as decisões de investimento produtivo que vinham sendo anunciadas nos últimos meses. Como no caso de setores diretamente afetados pelas medidas (bebidas, por exemplo) outros dependentes do crédito, como eletrodomésticos e automóveis e o efeito demonstração, que poderá provocar cautela mudando os planos de investimento em outros setores.

Sendo assim, com as baixas de consumo e investimento, e a redução do gasto público, os sintomas recessivos se tornam bem evidentes. Restam as exportações, mas ficam na dependência da reconquista do mercado externo que diante da elevação da taxa de juros em muitos países tornam provável uma perda do dinamismo da economia mundial.

### 3.2 INADIMPLÊNCIA E DESAQUECIMENTO

Os consumidores induzidos por uma euforia de consumo possibilitada pelas facilidades creditícias, superestimaram sua capacidade de pagamento e contribuíram para uma inadimplência recorde no País. A indiferença com a alta dos juros reais diante dos baixos valores nominais resultou numa armadilha para os que concretizaram suas expectativas consumistas, mesmo depois do alto preço imposto pelas medidas adotadas em outubro de 1994. Instrumentos, como os crediários, foram amplamente utilizados e, em algumas empresas, o peso relativo dos cheques pré-datados nas vendas alcançou 50%. O crescimento do volume de títulos protestados e cheques sem fundos alarmava os comerciantes. Segundo dados do SPC (Serviço de Proteção ao Crédito) em Salvador o ano de 1996 encerrou com 1.979.578 consultas. Em 1997, foram 3.167.271 consultas. Um aumento de 59,99%. Dentre estes, 47,78% tiveram suas fichas negativadas junto ao SPC. Com relação a cheques foram 4.147.596 de consultas feitas.

O CDL de Santo Antônio de Jesus por conseguinte, que está interligado ao CDL de Salvador e aos das principais cidades da Bahia e do Nordeste, informa que houve um crescimento importante a partir de 1996. Realizaram-se até dezembro, 30.973 consultas ao SPC, em 1997 consultou-se 43.099 clientes no mesmo período. Segundo informações do mesmo, 1998 ultrapassou estes dados, no qual até novembro efetuaram-se 53.230 consultas, o que demonstra um crescimento de 39,15% no período de 1996-1997. Contudo, o percentual de fichas negativadas junto ao SPC foi 40,63% condicionando uma queda no ritmo das vendas no varejo, esboçando portanto, um cenário pessimista e a eminência de uma recessão, que atinge mais duramente os pequenos e médios estabelecimentos, piorando a economia como um todo, na medida em que compromete seriamente o nível de emprego e renda do País.

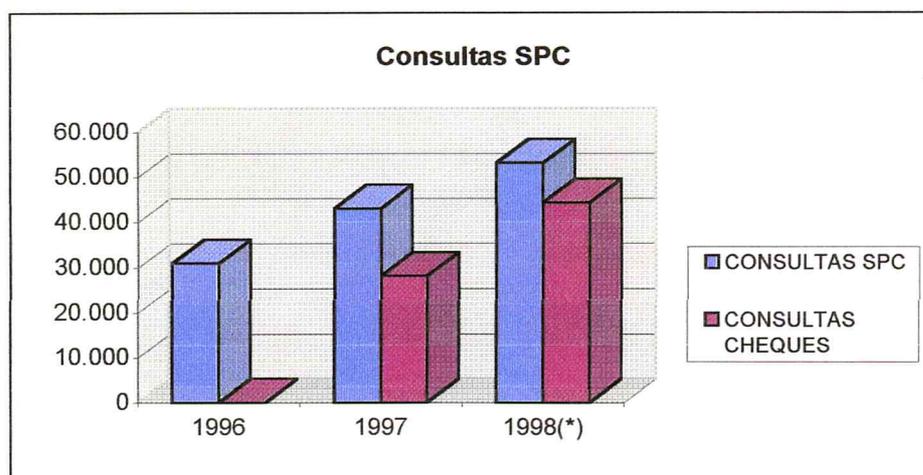
**TABELA 4 – Consultas ao SPC em Santo Antônio de Jesus. 1996/1998**

PERÍODO	CONSULTAS SPC	CONSULTAS CHEQUES
1996	30.973	-
1997	43.099	28.120
1998(*)	53.230	44.260

(\*) Dados fornecidos até novembro de 1998

Fonte: CNDL-DASPC- Relação e Estatística dos SPCs - 1997-98

**GRÁFICO 1**



Fonte: CNDL-DASPC- Relação e Estatística dos SPCs - 1997-98

Os problemas de inadimplência a partir do início de 1995, bem como o desaquecimento da economia relacionado às perspectivas de queda nas vendas futuras, reverteram o cenário dos seis primeiros meses do Plano Real. O período seguinte (primeiro semestre de 1995) foi de inversão da tendência de crescimento acelerado, comprometendo a taxa de ocupação nacional. Além de não empregar, a economia passou a dispensar mão-de-obra, descartando quaisquer expectativas de recuperação dos níveis registrados no período imediatamente após a implantação do Plano Real.

A importância do setor terciário não se limita à magnitude do valor que ele gera na economia. Ela pode ser aferida na sua elevada capacidade de absorver contingentes heterogêneos de mão-de-obra, notadamente nesta nova etapa do desenvolvimento capitalista onde as inovações tecnológicas e as novas formas de gestão empresarial materializadas em escala mundial estão reduzindo a utilização do fator trabalho em proporções preocupantes.

#### **4 SANTO ANTÔNIO DE JESUS**

A Cidade de Santo Antônio de Jesus, também denominada de Cidade das Palmeiras, devido as suas palmeiras seculares, é uma das mais importantes cidades do Recôncavo Baiano. Foi emancipada politicamente no dia 29 de maio de 1880, com extensão territorial de 252Km<sup>2</sup>.

Santo Antônio de Jesus surgiu a princípio, através de descendentes dos índios de Pedra branca, os quais sobreviviam de caças, pescas e pequenos roçados. Atraídos pela excelência das matas e fertilidade das terras, foram chegando os primeiros colonos. Nesse período, já havia sido recomendada, à relação da Bahia, proteção aos indígenas e, por Carta Régia datada de 1663, determinada reserva de uma légua quadrada de terras, para aldeamento e sustento dos silvícolas. Dentre os que obtiveram patrimônios territoriais, constam os índios da Aldeia de Santo Antônio de Jesus.

Atuaram de maneira relevante os Padres Mateus Vieira de Azevedo, José Ferreira e Bento Pereira coadjuvados por Manoel dos Santos Carvalho e Luís Vieira de Brito, na história da colonização.

A residência do padre Mateus Vieira de Azevedo foi transformada no primeiro povoado, graças a construção naquele local de um oratório sob a invocação de Santo Antônio de Jesus. Em 23 de setembro de 1777, o oratório transformou-se em Capela, filiada à freguesia de Nossa Senhora de Nazaré, em cujas “roças” estava situada.

O topônimo Santo Antônio de Jesus prevaleceu até 1931, quando foi simplificado para Santo Antônio, sete anos depois voltou a vigorar a primeira denominação.

O Distrito de Santo Antônio de Jesus, foi criado pela Lei provincial n.º 448 de 19 de junho de 1852, e o Município com um único Distrito, desmembrado de Município de Nazaré pela

Lei n.º 1952, de 29 de maio de 1880. Sua instalação ocorreu a 14 de março de 1883. Por Lei de 15 de outubro de 1827, criou-se o Distrito de paz, termo Judiciário da Comarca de Nazaré, até 31 de dezembro de 1943, quando foi criada a Comarca de Santo Antônio de Jesus.

Delimita-se pelos Municípios de Varzedo, Conceição do Almeida, Aratuípe, Laje, Muniz Ferreira, Dom Macedo Costa, Elísio Medrado e São Miguel das Matas. Santo Antônio de Jesus é banhado pelos Rios: Taitinga, Sururu, Jequitibá e Rio da Dona. Terras quase planas, clima temperado, variando a temperatura com mínima de 17°C e máxima de 36°C com freqüentes chuvas nos meses de abril a agosto.

#### 4.1 O COMÉRCIO VAREJISTA DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS

Com aproximadamente 72 mil habitantes em 1995, dos quais 60 mil urbanos, Santo Antônio de Jesus é a 15ª cidade da Bahia. O seu crescimento demográfico, o mais intenso do Recôncavo Sul, resulta do dinamismo comercial e dos serviços polarizados pela sede municipal no eixo da BR 101, em posição estratégica de acesso a Feira de Santana, Jequié, Valença, Vale do Jiquiriçá e cidades do Sul da Bahia, através de rodovias como a BR 420, a BR 116 e outras vias secundárias de sentido Oeste-Leste. O sistema *ferry-boat* possibilita um vínculo comercial direto e privilegiado com Salvador, através da BA 001, de Itaparica a Nazaré das Farinhas e daí até Santo Antônio de Jesus, por estrada em bom estado de conservação.

A influência desse pólo regional se dá de forma exclusiva sobre as sedes de Varzedo, Dom Macedo Costa, Ubaíra, Laje, Jiquiriçá, Santa Inês, Cravolândia, Amargosa, Elísio Medrado, Cabaceiras do Paraguaçu, Conceição do Almeida, Governador Mangabeira, Muritiba, Mutuípe, Nova Itarana, São Felipe, Brejões, São Miguel das Matas, Cruz das Almas e Sapeaçu.

A industrialização na Região Metropolitana de Salvador reconfigurou todo o espaço regional. A rede viária foi montada para atender inicialmente, a circulação das mercadorias produzidas no Centro-Sul para todo o Norte e Nordeste do país e, no sentido contrário, o fluxo de mão de obra e matéria prima para dar suporte ao incremento da indústria, e, posteriormente, a complementação da infra estrutura para a montagem dos parques industriais na RMS, realçaram alguns espaços, entre eles o da sede do município de Santo Antônio de Jesus. Seus atrativos físicos locais exigiram-lhe um papel de destaque regional – comercial e colocaram-no no centro do pólo regional.

Santo Antônio de Jesus polariza de duas formas, absorvendo a produção da região para redistribuição e distribuindo a produção de outros Estados e de outros espaços baianos para a região polarizada. A economia municipal, por si só não reúne forças suficientes para sustentar o dinamismo da cidade que a rigor, vive da sua função de pólo de uma região que também se relaciona, com maior ou menor intensidade, com outras regiões do Estado e de outros Estados. Assim sendo, suas possibilidades de desenvolvimento não se esgotam no próprio município, ao contrário, estão na sua capacidade de manter ou estender a sua polarização, e mais, nas suas articulações com espaços regionais, com os quais os fluxos comerciais podem se intensificar.

De acordo com o cadastro dos contribuintes do ICMS no Município de Santo Antônio de Jesus - SEFAZ, verifica-se um aumento progressivo no número de empresas em termos nominais, em 31 de dezembro de 1994 existiam 1599 empresas passando para, 1699 empresas até 03 de novembro de 1998. O maior crescimento observado foi no setor de micro - empresas onde eram contabilizadas 442 empresas em 94 e em novembro de 98 passou para 620, o que representa um importante aumento para o Município tanto em termos de arrecadação de impostos bem como no sentido de dinâmica da economia regional.

Entretanto, os dados da Junta Comercial do Estado da Bahia (JUCEB) registram a existência de 2.275 estabelecimentos comerciais registrados, sendo que 2019 estão no varejo<sup>1</sup>. (Machado, 1996).

No comércio varejista, os ramos mais representativos quantitativamente são os de tecidos, artigos de cama e outros (195); armazéns e mercearias (172); peças e acessórios para veículos (82); farmácias (51) e armarinhos (40).

As estimativas do CDL e da Associação Comercial contabilizam 2.800 casas comerciais, número bem superior aos da SEFAZ e da JUCEB. No cadastro da COELBA constam 1.564 unidades consumidoras comerciais.

As diferenças constatadas quanto aos números devem-se, sobretudo, a extrema variação da base pesquisada em cada levantamento, face a informalidade com que são abertos os negócios e fechados os pontos de comércio, bastante sensíveis às variações da demanda e às mudanças da expansão urbana, baseadas na força de trabalho pessoal/familiar e sem qualquer base de capital na maioria das unidades, cuja sobrevida é curta (57% até cinco anos), sendo também forte o “ritmo de natalidade” de novos micros e pequenos empreendimentos.

Um estudo desenvolvido pela Coordenação de Comércio da Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração (SICM), procura traçar o atual Perfil do Comércio Varejista dos Municípios Baianos, a partir de respostas dadas por lojistas e consumidores.

Esta pesquisa optou pela amostragem probabilística, com 95% de margem de confiança e erro admissível calculado de 6 % para lojistas e de 7% para os consumidores.

---

<sup>1</sup> Os dados da JUCEB não expressam a realidade municipal, visto que se referem apenas à economia formal e ao registro da natalidade das empresas que, em sua maioria, não comunicam o término da sua existência.

Foram aplicados 180 questionários para os lojistas e 200 para os consumidores. No primeiro caso, como a amostra superou os 5% do universo, foram usadas formulas com o fator de correção.

Os cálculos foram realizados com base na distribuição normal, pelo número relativamente grande de questionários aplicados.

O universo da pesquisa das empresas é constituído pela relação da GIA-SEFAZ. Para os consumidores, considerou-se a população da sede.

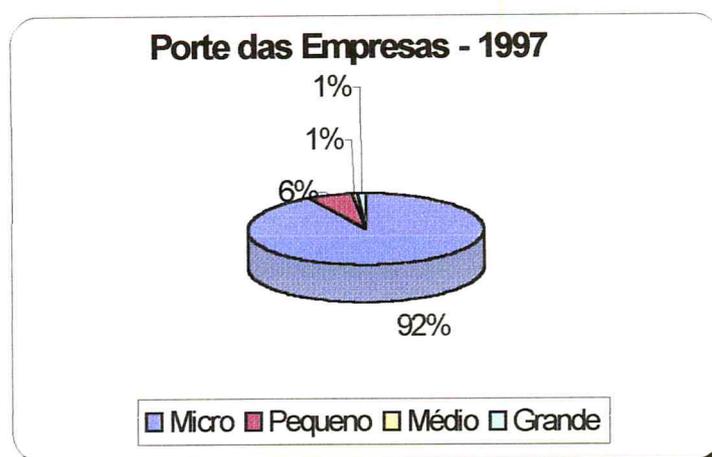
De acordo com os resultados obtidos, 92% dos estabelecimentos comerciais são de micro empresas. Junto com as de pequeno porte, atinge 4/5 do total. Esse resultado demonstra a tendência das pessoas em constituírem esse tipo de empresa pois, não há a necessidade de altos investimentos iniciais, possibilitando assim ao antigo trabalhador que possua um espírito empreendedor a seguir o caminho empresarial.

**TABELA 5 - Porte das Empresas - 1997**

Micro	Pequeno	Médio	Grande
92%	6%	1%	1%

Fonte: Pesquisa Direta SIC/COMEC – FECEB

**GRÁFICO 2**



Fonte: Pesquisa Direta SIC/COMEC – FECEB

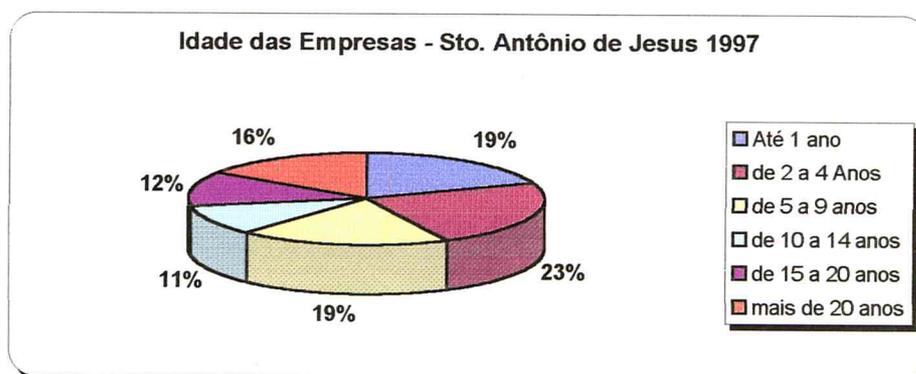
Quanto ao tempo de funcionamento das empresas, observa-se que há uma predominância de 51%, que estão em atividade há menos de 10 anos, bem como é significativo o percentual de empresas com mais de 15 anos de existência. Contudo, verificamos que 40% foram constituídas após a introdução do Plano Real, principalmente pelo alto índice de desemprego ou a baixa remuneração das aplicações financeiras, o que levou as pessoas a adotarem a constituição de suas próprias empresas como caminho para uma melhor qualidade social.

**TABELA 6 - Idade das Empresas – 1997**

Até 1 ano	de 2 a 4 Anos	de 5 a 9 anos	de 10 a 14 anos	de 15 a 20 anos	mais de 20 anos
18%	22%	18%	10%	11%	15%

Fonte: Pesquisa Direta SIC/COMEC – FECEB

**GRÁFICO 3**



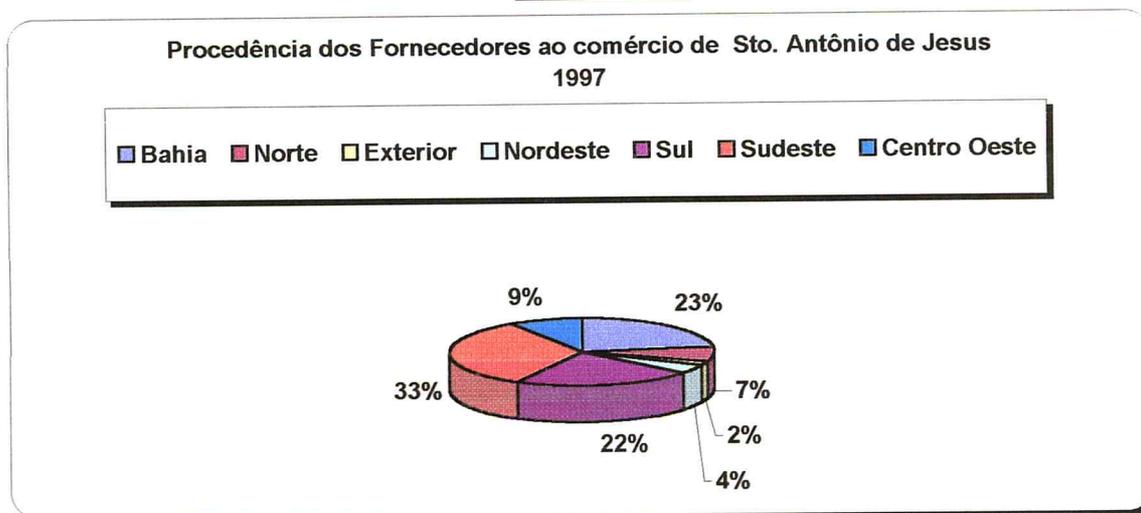
Fonte: Pesquisa Direta SIC/COMEC – FECEB

No que se refere à procedência dos fornecedores, o comércio de Santo Antônio de Jesus é abastecido na sua maioria por produtos advindos da região Sudeste, Sul e do próprio Estado. É importante observar, entretanto, que o fornecimento do Sul e Sudeste supera amplamente aquele oriundo da Bahia e do próprio Nordeste.

**TABELA 7 – Procedência dos Fornecedores**

Bahia	Norte	Exterior	Nordeste	Sul	Sudeste	Centro Oeste
23%	7%	2%	4%	22%	33%	9%

Fonte: Pesquisa Direta SIC/COMEC – FECEB

**GRÁFICO 4**

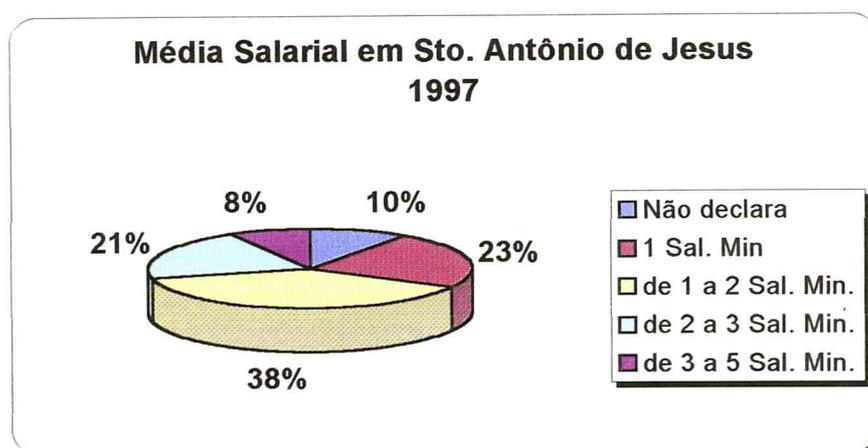
Fonte: Pesquisa Direta SIC/COMEC – FECEB

No comércio de Santo Antônio de Jesus a remuneração de trabalho predominante situa-se na faixa de 1 a 3 S.M., onde 90% dos salários pagos são proveniente do comércio, inclusive comissões. A classe modal é de 1 a 2 SM.

**TABELA 8 - Média Salarial – 1997**

Não declara	1 Sal. Mínimo	de 1 a 2 Sal. Mínimo	de 2 a 3 Sal. Mínimo	de 3 a 5 Sal. Mínimo
10%	23%	38%	21%	8%

Fonte: Pesquisa Direta SIC/COMEC – FECEB

**GRÁFICO 5**

Fonte: Pesquisa Direta SIC/COMEC – FECEB

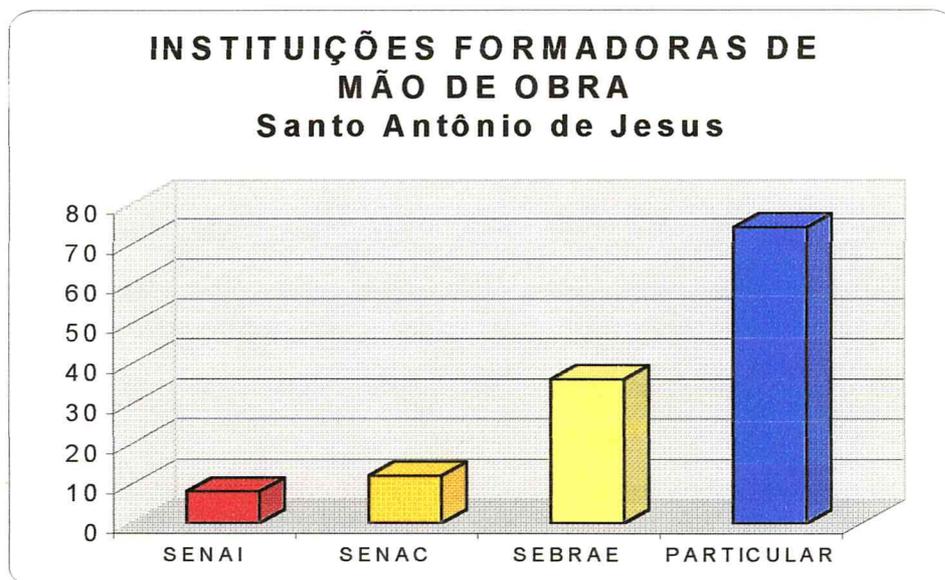
Em Santo Antônio de Jesus entre as empresas pesquisadas, 39% investem na qualificação de mão-de-obra. Este percentual demonstra que a maioria dos empresários ainda não estão adaptados a nova necessidade econômica onde o consumidor não se interessa somente por preços baixos mas por produtos com melhor qualidade acompanhado de um bom atendimento.

### GRÁFICO 6



Fonte: Pesquisa Direta SIC/COMEC – FECEB

Por isso a Associação Comercial de Santo Antônio de Jesus - ACISAJ, desenvolve um relevante trabalho para o município, prestando serviços como: cursos, seminários e palestras, campanhas promocionais, disponibilização de fax e copiadora xerográfica, auditório e sala de treinamento, videoteca, Assessoria Jurídica Trabalhista, Assessoria de Informática, SPC (Serviço de Proteção ao Crédito), Ligcheque, CECOB (Central Executiva de Cobrança), DEACON (Departamento de Atendimento ao Consumidor) e um escritório regional da Junta Comercial do Estado da Bahia, de modo a exercer um trabalho esclarecedor perante esses empresários. Por isso a ACISAJ foi a entidade mais citada, entre as particulares, como formadora de mão-de-obra.

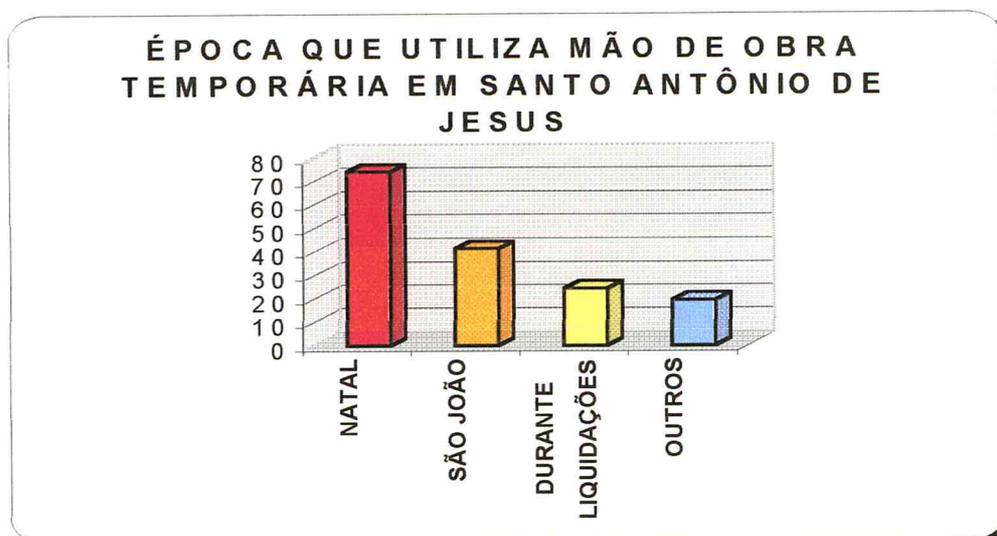
**GRÁFICO 7**

Fonte: Pesquisa Direta SIC/COMEC – FECEB

Em Santo Antônio de Jesus a contratação de mão-de-obra temporária não vem sendo um fator muito utilizado pela maioria das empresas, somente 26% contratam funcionários para exercerem cargos, na grande maioria de vendedores, principalmente nos períodos de Natal, São João ou em épocas de liquidação onde as vendas de modo geral tendem a crescer. Acredita-se que após a aprovação no Congresso Nacional da Lei que permite a contratação de mão-de-obra temporária sem vínculo empregatício, o empresário poderá contratar um maior número de pessoas e consequentemente reaquecer o comércio além dos períodos citados.

**GRÁFICO 8**

Fonte: Pesquisa Direta SIC/COMEC – FECEB

**GRÁFICO 9**

Fonte: Pesquisa Direta SIC/COMEC – FECEB

No que tange aos principais problemas que dificultam o desenvolvimento das empresas, 63% dos empresários declararam que a falta de incentivo do governo ainda constitui um fator primordial no desempenho de suas atividades, seguido de falta de financiamento e das altas taxas de juros e impostos. Os micros e pequenos empresários são os que mais sentem esses problemas principalmente no momento em que as vendas estão fracas e há a necessidade de adquirir novos produtos ou expandir o negócio.

**TABELA 9 – Problemas que dificultam o crescimento comercial.**

<b>Itens</b>	<b>%</b>
Falta incentivo do Governo	<b>90</b>
Outros Impostos	<b>92</b>
Custo Fixo	<b>33</b>
Data vencimento ICMS	<b>18</b>
Trânsito	<b>13</b>
Transporte	<b>11</b>
Limpeza das Ruas	<b>7</b>

Fonte: Pesquisa Direta SIC/COMEC – FECEB

Um ponto comum nesses dados é que todas as pesquisas evidenciam a vocação do município de Santo Antônio de Jesus como pólo comercial e de serviços. Segundo as informações da Secretaria da Fazenda, conforme tabela a seguir, podemos observar que o município de Santo Antônio de Jesus após a introdução do Plano Econômico de Estabilização passa a ter um crescimento na arrecadação de ICMS em termos absolutos. Convém observar que os valores aqui estabelecidos no período de janeiro a julho de 1994 foram convertidos de URV para Real de modo a proporcionar uma melhor análise. Observamos que após a estabilização da economia e a euforia de consumo, o comércio tende a crescer, todavia, com a crise econômica a partir da segundo semestre de 1997, o comércio varejista começou a apresentar queda no índice percentual da arrecadação de ICMS, o que demonstra uma conseqüente diminuição no volume de negócios devido principalmente a falta de incentivos fiscais, as altas taxas de juros e ao alto índice de desemprego.

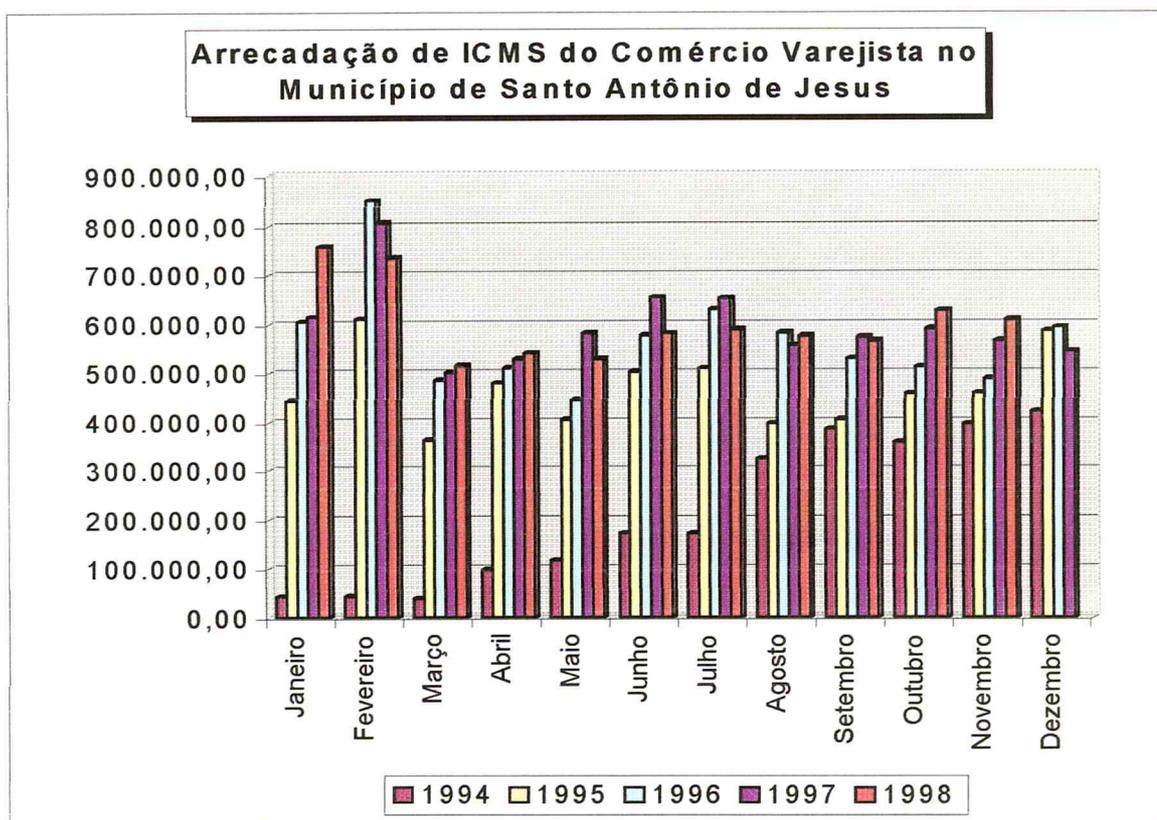
**TABELA 10 - Arrecadação de ICMS no Município de Santo Antônio de Jesus em termos absolutos. 1995/1998.**

Valores em Reais						
ICMS	REF. - 12/95			REF. - 12/96		
	Absoluto / 94	Absoluto / 95	Perc.	Absoluto / 95	Absoluto / 96	Perc.
Janeiro	59.313,81	634.719,27	970,104	634.719,27	840.157,68	32,37
Fevereiro	64.558,02	751.571,25	1.064,179	751.571,25	1.066.078,03	41,85
Março	70.448,34	505.749,68	617,901	505.749,68	683.861,11	35,22
Abril	142.263,44	607.465,93	327,001	607.465,93	735.862,49	21,14
Maio	205.442,10	557.803,60	171,513	557.803,60	695.611,03	24,71
Junho	261.279,94	657.464,45	151,632	657.464,45	763.113,38	16,07
Julho	267.528,98	690.342,94	158,044	690.342,94	835.066,82	20,96
Agosto	555.808,94	574.697,22	3,398	574.697,22	791.481,63	37,72
Setembro	531.300,02	565.464,77	6,430	565.464,77	809.590,11	43,17
Outubro	536.757,47	634.598,70	18,228	634.598,70	746.818,53	17,68
Novembro	565.007,58	637.940,61	12,908	637.940,61	769.334,27	20,60
Dezembro	615.888,94	775.881,47	25,977	775.881,47	850.535,30	9,62
<b>Total</b>	<b>3.875.597,58</b>	<b>7.593.699,89</b>	<b>95,94</b>	<b>7.593.699,89</b>	<b>9.587.520,38</b>	<b>26,26</b>

ICMS	REF. - 12/97			REF. - 12/98		
	Absoluto / 96	Absoluto / 97	Perc.	Absoluto / 97	Absoluto / 98	Perc.
Janeiro	840.157,68	929.360,13	10,62	929.360,13	1.025.121,52	10,30
Fevereiro	1.066.078,03	1.068.552,96	0,23	1.068.552,96	941.716,52	-11,87
Março	683.861,11	754.819,38	10,38	754.819,38	676.057,56	-10,43
Abril	735.862,49	769.919,02	4,63	769.919,02	713.741,47	-7,30
Mai	695.611,03	787.328,07	13,19	787.328,07	687.829,36	-12,64
Junho	763.113,38	893.458,61	17,08	893.458,61	764.060,76	-14,48
Julho	835.066,82	893.873,95	7,04	893.873,95	783.554,63	-12,34
Agosto	791.481,63	787.589,61	-0,49	787.589,61	754.630,35	-4,18
Setembro	809.590,11	796.061,79	-1,67	796.061,79	740.414,31	-6,99
Outubro	746.818,53	799.233,27	7,02	799.233,27	829.721,60	3,81
Novembro	769.334,27	783.738,08	1,87	783.738,08	786.982,55	0,41
Dezembro	850.535,30	803.675,15	-5,51	803.675,15	...	...
<b>Total</b>	<b>9.587.520,38</b>	<b>10.067.610,02</b>	<b>5,01</b>	<b>10.067.610,02</b>	<b>8.703.830,63</b>	<b>-13,55</b>

Fonte: SIDAT / SEFAZ – Ba.

**GRÁFICO 10**



Fonte: SIDAT / SEFAZ – Ba.

De acordo com a classificação da CAR/SEI/SEPLANTEC no ranking do comércio do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus ocupava o 24ª posição, em 1997, a receita de ICMS do município entre os meses de janeiro e julho cresceu na ordem de R\$ 4,8 milhões, sendo que cerca de 87% desta também correspondiam ao comércio varejista, o que situa Santo Antônio de Jesus no momento na 18ª posição do Estado.

O comércio varejista, por sua vez, segundo informações da SEFAZ, tende a crescer mais acentuadamente após a introdução do Plano de Estabilização Econômica, oriundo principalmente, pela expansão inicial do consumo. Todavia, após o segundo semestre de 97 observa-se uma queda na arrecadação de ICMS por parte do comércio varejista devido ao pacote econômico lançado pelo governo no período que originou uma recessão econômica.

**TABELA 11 – Arrecadação de ICMS do Comércio Varejista no Município de Santo Antônio de Jesus. 1993/1998**

	Comércio Varejista		
	Valores em Reais		
	1994	1995	Variação %
Janeiro	42.285,48	442.483,94	946,42
Fevereiro	42.973,84	609.308,59	1.317,86
Março	38.625,25	361.295,08	835,38
Abril	96.530,36	477.887,73	395,06
Maiο	115.589,42	403.403,40	248,99
Junho	171.378,81	501.243,06	192,47
Julho	170.655,45	508.581,37	198,01
Agosto	322.265,10	396.112,15	22,92
Setembro	384.257,82	404.103,08	5,16
Outubro	356.561,44	455.852,77	27,85
Novembro	394.306,19	457.147,61	15,93
Dezembro	420.399,30	584.260,87	38,98
<b>TOTAL</b>	<b>2.555.828,46</b>	<b>5.601.679,65</b>	<b>119,17</b>

	Comércio Varejista		
	Valores em Reais		
	1995	1996	Variação %
Janeiro	442.483,94	604.267,20	36,56
Fevereiro	609.308,59	849.339,84	39,39
Março	361.295,08	484.703,70	34,15
Abril	477.887,73	509.316,86	6,57
Maiο	403.403,40	444.115,14	10,09
Junho	501.243,06	575.648,89	14,84
Julho	508.581,37	628.722,73	23,62
Agosto	396.112,15	581.434,44	46,78
Setembro	404.103,08	528.505,80	30,78
Outubro	455.852,77	510.973,95	12,09
Novembro	457.147,61	487.118,26	6,55
Dezembro	584.260,87	591.435,12	1,22
<b>TOTAL</b>	<b>5.601.679,65</b>	<b>6.795.581,93</b>	<b>21,31</b>

	1996	1997	Variação %
Janeiro	604.267,20	613.910,96	1,59
Fevereiro	849.339,84	806.493,51	-5,04
Março	484.703,70	499.607,75	3,07
Abril	509.316,86	526.973,10	3,46
Maiο	444.115,14	580.682,09	30,75
Junho	575.648,89	652.954,45	13,43
Julho	628.722,73	651.444,89	3,61
Agosto	581.434,44	555.135,08	-4,52
Setembro	528.505,80	571.755,63	8,18
Outubro	510.973,95	588.320,22	15,13
Novembro	487.118,26	564.621,21	15,91
Dezembro	591.435,12	543.004,70	-8,18
<b>TOTAL</b>	<b>6.795.581,93</b>	<b>7.154.903,59</b>	<b>5,28</b>

	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>Variação %</b>
Janeiro	613.910,96	757.112,12	23,32
Fevereiro	806.493,51	733.807,87	-9,01
Março	499.607,75	513.913,29	2,86
Abril	526.973,10	539.983,92	2,46
Maiο	580.682,09	527.160,58	-9,21
Junho	652.954,45	579.670,27	-11,22
Julho	651.444,89	587.100,43	-9,87
Agosto	555.135,08	574.629,64	3,51
Setembro	571.755,63	563.913,07	-1,37
Outubro	588.320,22	626.597,65	6,5
Novembro	564.621,21	607.223,77	7,54
Dezembro	543.004,70	...	...
<b>TOTAL</b>	<b>7.154.903,59</b>	<b>6.611.112,61</b>	<b>-7,60</b>

Fonte: SIDAT / SEFAZ - BA.

Segundo a Secretaria de Industria, Comércio e Mineração, o setor terciário participa na composição do PIB do Estado com 54,7% e da arrecadação de ICMS com 32% para o comércio, demonstrando a importância que as atividades deste segmento exerce na economia baiana. Este setor obteve o melhor desempenho da economia estadual em 1995, com um crescimento de 11,5%, feito que ocorre por dois anos consecutivos.

Na configuração do terciário municipal, em termos de setores, podem-se destacar; de material de construção, móveis, eletrodomésticos, serviços e vendas de autopeças, supermercados, vestuário, manutenção de automóveis, concessionárias, serviços de informática, distribuição de doces e serviços de saúde.

## 4.2 CARACTERÍSTICAS ESTRUTURAIS DO COMÉRCIO VAREJISTA EM SANTO ANTÔNIO DE JESUS

Devido a sua localização privilegiada, próximo à BR 101, o município vem se constituindo, nos últimos 20 anos, em uma importante região de comércio no ramo automobilístico com estabelecimentos como concessionárias, revendedoras de autopeças, oficinas mecânicas e reformadoras de pneus. O seu mercado consumidor é toda a região do Recôncavo, do vale do Jiquiriçá, Baixo-Sul, Salvador e algumas cidades da região Sul do Estado. Algumas concessionárias, a exemplo da Veíba Veículos, chegam a vender 40 veículos/mês.

Após o Plano Real, essa atividade se incrementou, modificando, inclusive, o perfil do consumidor de automóveis, que era basicamente composto por comerciantes, pecuaristas e profissionais liberais. A maior facilidade de pagamento trouxe um novo tipo de comprador para esse mercado.

O comércio de vendas de autopeças também ocupa um espaço bem destacado na região. Existem vários estabelecimentos comerciais situados à margem da BR 101 que visam a venda de peças e acessórios para automóveis. No município já se estabeleceu a “avenida da autopeças”, que abriga dezenas de lojas do ramo e atende a clientes de várias cidades.

Outro ramo de comércio bastante relevante na cidade é o de material de construção. Nesse ramo destacam-se a COMAPEL e a Comercial São Luís. Esse tipo de comércio chega a atender a 150 cidades do Estado da Bahia.

A COMAPEL, em particular, atende a 85 cidades da região, comercializando também produtos agropecuários. A loja tem 170 empregados e fatura em torno de R\$600 mil por mês. Entretanto, o empresário alega ter diminuído suas vendas em pelo menos 20% desde 95, extinguindo 50 postos de trabalho. Dentre os produtos com maior saída estão os materiais de construção para obras particulares.

A comercialização de produtos alimentícios também se destaca em Santo Antônio de Jesus e abastece vários municípios do Recôncavo Baiano. Entre as empresas desse ramo se destacam o Supermercado Rio Branco e a CODICAL.

O Supermercado Rio Branco é o mais antigo da cidade, tendo sido fundado em 05 de maio de 1970. O desenvolvimento de Santo Antônio de Jesus e da região garantiu o crescimento da empresa ao longo dos anos. Em 1997, com 10 lojas, o seu faturamento atinge a cifra de R\$ 2 milhões mensais.

No que se refere ao mercado fornecedor, seus produtos vem de Salvador e São Paulo, não havendo fornecimento significativo de produtores locais. O Supermercado Rio Branco atende a vários municípios da região pelo atacado, a exemplo de Amargosa, Araci, Cruz das Almas, Euclides da Cunha, Ipiaú, Itaberaba, Jaguaquara, Laje, Mairi, Miguel Calmon, Serrinha e Valença.

No ramo de confecções, tecidos, cama, mesa e banho, um dos principais destaques é a loja Os Rodrigues, que também revende mercadorias do Sul do país para todo o Recôncavo, notadamente para Nazaré e Vale do Jiquiriçá. A empresa emprega 48 pessoas e fatura em torno de R\$ 200 mil mensais. Segundo o empresário, embora ainda representativo em termos quantitativos, o segmento vem regredindo, tendo havido o fechamento de muitas lojas.

A feira de confecções acontece toda as quartas-feiras na Praça Duque de Caxias, onde se comercializam roupas, toalhas, tecidos e lençóis. A feira é conhecida em toda região e atrai comerciantes de vários municípios vizinhos que vão ali vender seus produtos. As mercadorias advém de Salvador, Feira de Santana e cidades de Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro. Durante a realização, é comum o congestionamento das principais vias de acesso ao local, alterando sensivelmente a rotina da cidade. Segundo dados da Prefeitura

Municipal, em julho de 1997, cerca de 290 barracas de confecções e 170 que vendem bijuterias estavam cadastradas para comercializarem na feira.

O segmento de móveis é bastante dinâmico em Santo Antônio de Jesus, atraindo inclusive consumidores da capital. Os lojistas de Santo Antônio de Jesus compram nos mesmos fornecedores dos lojistas de Salvador, mas conseguem entregar nesta cidade a preços mais baratos, com frete incluído. As lojas locais também se abastecem dos fabricantes de móveis existentes no município.

A comercialização de alimentos também é um dos destaques da cidade. Todas as sextas acontece a feira, que atrai compradores e vendedores de toda a região e de outros Estados. Cerca de mil feirantes trabalham nessa ocasião.

A feira de Santo Antônio de Jesus conta com quatro áreas cobertas onde se vendem: farinha, carne, verduras, e frutas. Entretanto o espaço da feira é bastante desorganizado, sem padronização das barracas, e tem problemas em termos de carga e descarga de mercadorias.

Um empreendimento importante para a cidade é o Itaguari Shopping Center, que visa consolidar ainda mais o comércio do município. O *shopping center* por ser um empreendimento relativamente recente no Brasil, tem sido o grande fenômeno no setor comercial nos últimos tempos. Esses empreendimentos trouxeram uma nova forma de comercialização de mercadorias, oferecendo diversas vantagens em relação ao comércio tradicional.

Existe um consenso comum a respeito da tendência de expansão do varejo tradicional, caracterizado por empreendimentos de três formatos distintos: lojas grandes, lojas de vizinhança ou conveniência e lojas especializadas, que vem atraindo investimentos de capital originário de investidores tradicionais do mercado financeiro desestimulados com os baixos

rendimentos após a introdução do Plano Real, empresários de outros setores que operavam com baixa rentabilidade, trabalhadores assalariados que passaram pelo processo de tercerização ou demissão voluntária. Em Santo Antônio de Jesus, pode-se identificar essa transferência de capital pela expansão de pequenos condomínios de lojas, como a Galeria Moura e a Vila Inglesa e atualmente o Itaguari Shopping Center.

Oferecendo segurança, conforto, estacionamento, alimentação e diversão, os shoppings centers vem aumentando sua participação no mercado varejista a nível nacional em detrimento do comércio tradicional de rua. Segundo a Associação Brasileira de Shopping Center – Abrasce, entre 1991/94, enquanto o faturamento do comércio em geral no País cresceu 47%, as vendas dos shoppings centers aumentaram em 150%, passando de US\$ 4 bilhões em 1991 para US\$ 10 bilhões em 1995 de faturamento.

Com isso, o novo filão no mercado dos shoppings na Bahia são as cidades do interior. Os municípios com população acima de 100 mil habitantes, como Santo Antônio de Jesus, são considerados mercados potenciais para a instalação desses empreendimentos, que atuam como equipamentos polarizadores regionais. O crescimento da economia baiana e o desenvolvimento das cidades de porte grande e médio no interior do Estado abre um leque considerável de oportunidades para atividades comerciais que podem se expandir de forma autônoma e independente do tradicional processo de concentração em Salvador.

Para Santo Antônio de Jesus, que possui forte comércio de rua, um grande shopping, certamente, pode trazer grande impacto na organização do comércio. E devido ao efeito multiplicador que os centros comerciais possuem sobre os serviços, estes se constituem num importante segmento gerador de empregos.

O novo centro comercial, segue a tendência que se delineia na construção de centros menores, com interiorização dos projetos e maior segmentação de mercado, desse modo, o Itaguari Shopping Center, possui três pavimentos, sendo os dois primeiros ocupados por 70 lojas de diversos ramos, *fast-food*, dois cinemas e parque infantil. A grande novidade do

shopping é a presença no terceiro pavimento de um *day hospital*, unidade voltada para a realização de procedimentos cirúrgicos de pequeno e médio porte e que necessitem de internação de no máximo 12 horas. Esse tipo de sistema proporciona uma alta rotatividade e possibilidade de um maior número de atendimentos.

Uma outra inovação no shopping é o SAC (Serviço de Atendimento ao Cidadão), um órgão do governo estadual que oferece vários serviços para a comunidade, como emissão de carteira de identidade, profissional, antecedentes criminais e habilitação.

O Itaguari fica entre duas das mais movimentadas avenidas da cidade, perto da BR 101 e da rodovia de acesso ao sistema *ferry-boat*. Os lojistas ali instalados estimam que irão atrair clientes de cerca de 37 cidades vizinhas

#### 4.3 COMÉRCIO VAREJISTA X DESEMPREGO

O comércio, ao lado do setor de prestação de serviços, acabou cumprindo por muitos anos o importante papel de amenizar os efeitos perversos do desemprego no setor industrial, atuando como “amortecedor” no novo desenho do mercado de trabalho, cujos requerimentos estão afinados com a busca sistemática de eficiência produtiva, indispensável aos atuais padrões de competitividade.

Estas características ganham realce na conformação da economia baiana que tem o seu segmento motriz intensivo no uso do capital, apresentando, portanto, reduzida capacidade de ampliar oportunidades de trabalho, num movimento, pode-se dizer, inverso ao da produção.

É importante ressaltar que a condição de “amortecedor do desemprego” assumida pelo setor comercial não se restringe aos vínculos formais de empregos que ele gera ou às

possibilidades criadas, na lógica do seu funcionamento, para ampliar o contingente de empregadores. É exatamente no chamado mercado informal que esta característica manifesta-se mais nitidamente, muito embora as estatísticas oficiais não incluam em sua abrangência o universo deste importante contingente de ocupados.

Quando o enfoque da análise é dirigido para os estabelecimentos que absorvem uma menor quantidade de mão-de-obra por unidade, os pequenos estabelecimentos, a expressão do comércio como fomentador do emprego fica ainda mais evidente; segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Mapa do Mercado de Trabalho no Brasil, 1994 – os estabelecimentos comerciais que empregam menos de cinco pessoas, contribuem com mais de um quarto das vagas existentes. A absorção de empregados pelo comércio, neste extrato, foi bastante superior à da indústria de transformação (17%) e equivalente à do setor de prestação de serviços (26,1%).

O comércio varejista em Santo Antônio de Jesus possui como fator importante no que tange a captação de mão de obra por se tratar de um mercado de trabalho que exige pouca qualificação e com restrita oportunidade de trabalho. Em geral a formação segundo a escolaridade dos comerciários é, setenta e quatro por cento possuem 2º grau completo, seis por cento nível superior, e vinte por cento o primeiro grau completo.

Observa-se que dada as especificidades do seu funcionamento e como conseqüência da prolongada crise estrutural no país, cuja feição mais visível está na redução dos níveis de emprego e renda, o comércio vem se apresentando como alternativa para uma parcela da população de desempregados que dispõe de recursos financeiros e deseja empreender negócios por conta própria. Esta possibilidade de inserção no universo do varejo vem atraindo também aqueles que procuram complementar os seus rendimentos, confirmando uma tendência dos anos mais recentes.

Na Bahia, os dados da Federação do Comércio apontam um crescimento de 12% no nível de emprego no setor, em setembro de 1994, bastante expressivo quando comparado à

queda de 8% registrada em julho. Entretanto, a partir das primeiras medidas de restrição ao consumo, em outubro, e os efeitos das políticas de juros altos, que inviabilizaram o financiamento dos estoques, o comércio aos poucos foi retraindo as contratações, passando a operar com níveis estacionários de mão-de-obra. Ainda assim, as expectativas diante de fatores, como o Natal, o pagamento do 13º salário e as alternativas encontradas para oferecer prazos aos consumidores (cheques pré-datados) levaram os comerciantes a contratarem mão-de-obra temporária, registrando-se em dezembro num aumento de 20% na quantidade de trabalhadores, para atender o aumento da demanda no fim do ano.

A crise provocada pelo Plano, acabou acelerando o processo de diminuição dos postos de trabalho, que até então ocorria mais notadamente na indústria, como efeito de fatores mundiais, a terceirização de serviços e a automação. Com o Real, a eliminação de cargos e a concentração de atividades em número reduzido de empregos se tornou, ao lado das políticas salariais, a maior preocupação dos sindicatos.

Segundo uma pesquisa realizada pouco antes da crise asiática pelo IBGE, através da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio), revela um mercado de trabalho em recuperação no qual, de 1996 para 1997, houve um aumento de 1,4 milhão de pessoas no setor de mão-de-obra ocupada. Os setores que apresentaram as maiores altas foram a indústria e os serviços com 2,6% e 2,4% respectivamente. No comércio, a alta foi de 1,7%. Essa recuperação foi suficiente apenas para tornar a população ocupada em 1997 quase igual à de 1995.

Entretanto, esta pesquisa traz uma radiografia da concentração de rendimentos e mostra que ela se manteve inalterada entre 1996 e 1997. No ano de 1997, 10% da população ocupada com maiores remunerações detinham 46,7% do rendimento de trabalho. Enquanto isso, a participação dos 10% mais pobres continuou respondendo por apenas 1% dos ganhos globais. Em relação ao quadro nordestino, a situação é ainda mais alarmante, onde os mais ricos detêm 50,5% dos rendimentos com trabalho. Por conseguinte, podemos verificar que 93,3% das residências brasileiras eram abastecidas com energia elétrica e

27,9% tinham telefone no ano passado, segundo os dados da Pnad. O levantamento indica ainda que apenas 18,8% das casas brasileiras eram equipadas com *freezer*, enquanto 80,3% das moradias tinham geladeira.

O rendimento médio mensal dos trabalhadores ficou em quatro salários mínimos (R\$ 520,00) de acordo com a Pnad. Nas três categorias que compõem o contingente dos empregados, o rendimento médio situou-se em 4,6 salários mínimos (R\$ 598,00) para os empregados com carteira assinada e apenas 2,2 salários mínimos (R\$ 286,00) para os empregados não registrados. Verifica-se ainda que, 2,7% dos trabalhadores ganhavam mais de 20 salários mínimos (R\$ 2.600,00). Na base da pirâmide social encontravam-se os 21,2% dos trabalhadores que tinham um rendimento limitado a um salário mínimo (R\$ 130,00). Em termos familiares, 11,5% das famílias recebiam apenas um salário mínimo. No Nordeste, este percentual é bem mais expressivo, chegando a 23% das famílias.

## 5 CONCLUSÕES

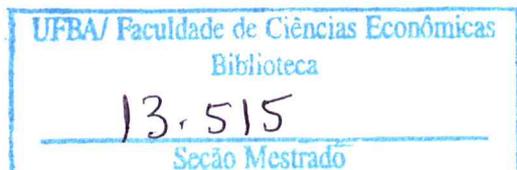
Considerando que o Programa de Estabilização Econômica ainda está em curso e que variáveis importantes, a exemplo do câmbio e taxa de juros, não estão totalmente definidas, o que se pode concluir até o momento analisado é que o programa adotado pelo Governo está provocando importantes mudanças no que se refere ao comportamento dos brasileiros, seus planos e nível de exigência com o que lhe é proposto.

A crise nas bolsas deixa claro a fragilidade do programa de estabilização, que traz em si a armadilha de contradição entre crescimento e equilíbrio externo, resumida na dependência entre taxas de juros e taxas de câmbio. O governo tem procurado superar esta armadilha através de uma política de gradual desvalorização do câmbio real e das taxas de juros, tendo tido, até recentemente, maior sucesso no primeiro caminho. Mas o sucesso dessa estratégia depende da continuidade da entrada de capitais, cada vez mais vinculada a recursos que se dirigem às privatizações. Dessa forma, o governo, e com ele o Plano Real, presencia um momento crucial, onde enfrenta o desafio dos aspectos recessivos inevitáveis.

O Plano Real, possui a seu favor um grande trunfo que é a continuidade da inflação baixa. Mas as reformas não ocorreram, e o país continua com os dois sintomas existentes na época da implantação do plano, que são desarranjo das contas públicas e o desequilíbrio do balanço de pagamentos. As expectativas de sucesso do desafio estão fundamentadas nas propostas de controle do déficit público. Outra saída apontada é a qualificação e a redução dos preços dos produtos nacionais no mercado internacional, aliada à diminuição de custos internos e enxugamento do setor público.

Diante dos ajustes julgados necessários pelo governo diante da crise Asiática e da recente crise mundial, foi elaborado um pacote econômico de aspectos recessivos que naturalmente afetará o comércio. Ocorre que o impacto mais forte deverá se dar nas compras à prazo e especificamente sobre o automóveis e bebidas.

Neste contexto, o comércio varejista de Santo Antônio de Jesus conviverá de igual modo nos instantes iniciais, diante do aspecto recessivo que as medidas contidas no pacote fiscal do governo irão ocasionar, paralelo à situação já conhecida de uma adequação do Plano Econômico com o panorama mundial, de forma que o prejuízo criado agora possa vir a ser recuperado a curto prazo e as medidas governamentais afastem qualquer situação parecida com o Plano Cruzado, quando não se cuidou das reformas para resolver o problema dos impostos e a inflação voltou logo após o período eleitoral.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMANAQUE ABRIL, São Paulo, Abril S/A, 1997 CD-ROM.

AMADEU, Edward. A fase mais dura do ajuste. **Gazeta Mercantil**, 25 ago. 1997, p. A-4.

BACHA, Edmar L. O Plano Real: uma avaliação. In: MERCADANTE, Aloizio (org.). **O Brasil pós-Real: a política econômica em debate**. Campinas: Unicamp, Instituto de Economia, 1997.

BAHIA. Secretaria da Fazenda. **Cadastro de Estatística dos Contribuintes**. Santo Antônio de Jesus, 25 nov. 1998. 4p.

BAHIA. Secretaria da Fazenda. Departamento de Arrecadação, Crédito e Controle – DARC, Gerência de Arrecadação do ICMS – GEARC. **Arrecadação Tributária e do ICMS do Município de Santo Antônio de Jesus**. 26 nov. 1998. 8p.

BAHIA. Secretaria da Fazenda. **Sistema guia de informações e apuração do ICMS: relação de atividades e seus respectivos valores**. Salvador, v.1, 1995, p. 308.

BAHIA. Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração. **Perfil do Comércio Varejista de Santo Antônio de Jesus**. Salvador, 1997. Disquete.

BAHIA. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Centro de Estatística e Informações. **Informações básicas dos municípios baianos: região Recôncavo Sul**. Salvador: CEI, 1994, p. 589-592.

- DURÃO, Vera Saavedra. PIB deve crescer só 0,5% este ano. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 19 nov. 1998, p.A-7.
- FERREIRA, Djalma., PROSERPIO, Renata. A renda dos municípios baianos. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, SEI, v.6, n.3, p.21-24, dez. 1996.
- FILGUEIRAS, Luiz. Os impactos do plano Real sobre a taxa de desemprego. **Conjuntura & Planejamento**, Salvador, SEI, n.27, ago. 1996.
- GOTTSCHALL, Carlota., ALMEIDA, Paulo Henrique de. Comércio: Desaceleração à Vista?. **Conjuntura e Planejamento**, Salvador, SEI, n.38, p.14-20, jul. 1997.
- MAIS RICOS ficam com 50,5% da renda. **A Tarde**, Salvador, 10 dez. 1998, cad.4, p.1.
- MENEZES, Vladson Bahia. O Plano Real: análise e perspectivas. **Conjuntura & Planejamento**, Salvador, CPE/CEI, n.2, jul.1994.
- NETO, Antenor Nascimento, SIMONETTI, Eliana. As Bolas da Vez. **Veja**, Salvador, n.1571, p.42-47, 4 jan. 1998.
- OLIVEIRA, Gesner. **Brasil Real**. desafios da pós-estabilização na virada do milênio. São Paulo, Mandarim, 1996, p. 23-46.
- PORTO, Edgar. **Estudo de caso: Santo Antônio de Jesus**. Salvador: CAR, out.1991. Curso de Planejamento e Desenvolvimento Regional.

- PORTO, Edgar. **Plano Diretor de Santo Antônio de Jesus**. Salvador: Belacidade Urbanismo e Arquitetura, 1991.
- PROSERPIO, Renata. Desemprego na Bahia. **Conjuntura & Planejamento**, Salvador, SEI, n.18, nov. 1995.
- QUEIROZ, Fernando Pinto de. **A capela do Padre Matheus**. Feira de Santana: SAGRA, 1995, p. 410.
- SANTO Antônio de Jesus completa 115 anos. **A Tarde**. Salvador, 26 maio 1995. Caderno Municípios, p.3.
- SIMONETTI, Eliana., SORIMA NETO, João, Um sopro na ferida., **Veja**, Salvador, n.1572, p.170-173, 11 nov. 1998
- SORIMA NETO, João. Terno mais justo. **Veja**, Salvador, n.1573, p.136-137, 18 nov. 1998.
- TAVARES, Maria da Conceição. A economia política do Real. In: MERCADANTE, Aloisio (org.). **O Brasil pós-Real: a política econômica em debate**. Campinas: Unicamp, Instituto de Economia, 1997.